

ST 11- A CATEGORIA REVOLUÇÃO PASSIVA NOS *CADERNOS DO* *CÁRCERE* E NOS INTÉRPRETES BRASILEIROS

Ana Karoline Nogueira de Souza^{**}

Cláudia Maria Costa Gomes^{**}

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um recorte dos resultados da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *O transformismo à brasileira – a hegemonia lulista em presença*. Realizamos uma aproximação ao conceito de revolução passiva nos *Cadernos do Cárcere*, no processo do *Risorgimento* Italiano, enfatizando suas principais características e apresentando as análises em torno desse tema, a partir dos intérpretes de Gramsci no Brasil. Portanto, compreendemos que a revolução passiva é fundamental para analisar os Estados capitalistas que se constituíram sem passar por um momento de revolução burguesa clássica, como a Revolução Francesa, sem um rompimento estrutural nos âmbitos político e econômico.

Palavras-Chave: Estado. Capitalismo Brasileiro. Revolução Passiva.

INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos fazer uma análise dos estudos das obras gramscianas, como necessário para a compreensão do contexto histórico e social que a Itália passava no período dos seus escritos. Mas também a influência de Gramsci na política Italiana, que não se deu pacificamente, mas buscava uma transformação social do lugar em que ele estava inserido, trabalhando inclusive a questão da cultura a partir dos seus apontamentos em jornais com a finalidade de conscientizar a classe trabalhadora

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: <karolns10@hotmail.com>

** Doutora em Serviço Social pela UFPE. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET) com pesquisa aprovada com recursos CNPq/MCT/UNIVERSAL/2014-2017. E-mail: <claudiac_gomes@hotmail.com>.

para a libertação da dominação burguesa, bem como o contexto a partir do qual Gramsci pensou o conceito de Revolução Passiva.

Assim, a análise realizada teve como principal base os escritos carcerários de Gramsci, nos quais o tema pertinente a Revolução Passiva foi mais aprofundado, com destaque para o *Caderno 19* (1934-1935) sobre o *Risorgimento Italiano*, processo que resultou na unificação do Estado Italiano ao final do século XIX.

O estudo dessas categorias a partir dos cadernos requer uma maior atenção do leitor, uma vez que os escritos carcerários não seguem uma organização lógica do raciocínio Gramsciano. Isso se deve ao contexto que as notas foram escritas, no qual o comunista sardo realizou as suas análises, descrevendo-as de forma fragmentária. Desse modo, os conceitos aparecem nas passagens dos diferentes cadernos e nem sempre apresentam o mesmo significado.

Faz-se necessário esclarecer ao leitor, que as interpretações realizadas pelos autores em torno do conceito da Revolução Passiva, apontam para divergências teóricas e políticas. Desse modo, não temos aqui a intenção de priorizar essas discussões.

Feito esses esclarecimentos iniciais, apresentamos aqui alguns elementos necessários para compreender a categoria Revolução Passiva em Gramsci, a partir dos seus escritos carcerários, bem como apreender a forma como os intérpretes gramscianos no Brasil compreendem tal categoria, fazendo uma sinopse das principais interpretações e dos elementos que a estruturam.

1. Elementos para compreender a Revolução Passiva

No início do século XX, mais especificamente por volta de 1926, foram suprimidas todas as possibilidades de democracia que havia na cena italiana com o governo Mussolini¹, a partir da implementação do regime ditatorial fascista². Nesse

¹ Benito Mussolini (1883-1945) foi um dos fundadores do Fascismo Italiano, comandou a Itália entre o período de 1922 à 1945 e o seu governo foi caracterizado pelo totalitarismo, militarismo, nacionalismo e antissocialismo. Com o fim do Fascismo na Itália, Mussolini foi preso e executado.

² Segundo Bianchi (2006), o fascismo foi considerado como um movimento armado para desmobilizar a classe operária. Desse modo, a falta de uma iniciativa popular organizada e o fato de não se apropriarem do Estado numa posição de classe dirigente, acaba contribuindo com o processo de revolução passiva.

mesmo ano, Gramsci foi preso enquanto ocupava o cargo de deputado pelo Partido Comunista Italiano (PCI), sendo condenado a 20 (vinte) anos de prisão e liberto dias antes da sua morte em 1937, quando Mussolini impediu que o mesmo morresse na condição de prisioneiro do fascismo.

A partir do fim da Revolução de 1848, a chamada *Primavera dos Povos*³, teve início uma nova época de Revoluções Burguesas. Nesse sentido, a ascensão da burguesia italiana ao poder do Estado não passou pela fase revolucionária no sentido jacobino⁴, por isto não foi necessário travar grandes lutas econômicas e políticas como ocorreu em outros países capitalistas. Na Itália se processou um amoldamento a ordem, ou mesmo um transformismo, como foi denominado por Gramsci. Esse modelo se tornou universal e a transição clássica, como foi a Revolução Francesa, deixou de ser a forma padrão.

Foi nessa conjuntura histórica da emergência do Fascismo na Itália, no período posterior a primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Crise de 1929, que Gramsci extraiu o conceito de Revolução Passiva para explicar o processo de formação do Estado burguês Italiano. Para essa formulação, segundo Aliaga (2015), Gramsci teve como alicerce a apreensão de Edgar Quinet sobre a revolução-restauração e o conceito de Revolução Passiva de Vincenzo Cuoco. Senão vejamos:

Originariamente, o conceito de Revolução Passiva aparece nos escritos da principal obra de Vincenzo Cuoco (1770), *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana* de 1801. Conforme aparece na nota 66 ao *Caderno 19*⁵, Cuoco utiliza o conceito de revolução passiva ao fazer referência à revolução napolitana de 1799⁶, que foi

³ No livro *A Era do Capital [1848-1875]* de Eric Hobsbawm, encontra-se uma análise histórica sobre o período designado como a “Primavera dos Povos” em 1848 e a “Grande Depressão”, que teve início nos anos de 1870. Para o autor, é a história do triunfo do capitalismo e de uma sociedade que acreditava encontrar o sucesso na livre iniciativa privada e na criação de um mundo de distribuição plena da riqueza, da moral e do conhecimento.

⁴ Gramsci aponta que “Os jacobinos, [...] foram o único partido da revolução em ato, uma vez que não só representavam as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento revolucionário em seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral, porque também representavam as necessidades futuras e, de novo, não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente.” (2014, p. 80)

⁵ Os cadernos do Cárcere, segundo indicações de Gramsci, dividem-se em “cadernos especiais” e “cadernos miscelâneas”. Os especiais reúnem notas referentes a assuntos específicos, já os miscelâneas possuem notas de assuntos variados. O *caderno 19*, como foi supramencionado, está entre os especiais, no volume 5 da edição Brasileira. Essa edição ainda contempla notas dos cadernos miscelâneas referente ao conteúdo dos cadernos especiais e à história Italiana.

⁶ A revolução napolitana (1799) se caracterizou como uma revolução passiva, pois a partir da influência externa da revolução francesa, ocorreu uma divisão dos dirigentes e não houve uma

fomentada a partir da influência dos acontecimentos externos, como a revolução francesa e as guerras napoleônicas, limitando-se a um grupo pequeno de intelectuais que não soube se ligar às necessidades do povo. (Cf. GRAMSCI, 2014: 371)

Desse modo, Cuoco utilizou a referida categoria para analisar o processo revolucionário na singularidade de Nápoles, uma província Italiana. Gramsci, por sua vez, nos trilhos da sugestão de Cuoco, atribui um novo conteúdo a esse conceito e faz uso para às suas reflexões acerca da Itália como um todo. Ao fazer referência a formação do Estado burguês, generaliza o conceito que havia sido utilizado na análise de Nápoles para toda a Itália.

Deslocado do contexto que fora utilizado por Cuoco, o conceito de revolução passiva foi reformulado por Gramsci, adquirindo assim, uma nova amplitude e um novo conteúdo. Passando a ser uma ferramenta de explicação histórico-política de fatos sociais contemporâneos ao marxista italiano, mantendo a sua característica principal, qual seja: “[...] a modernização do Estado através de uma série de reformas e guerras, procurando evitar, assim, uma ruptura revolucionária” (BIANCHI, 2013: 166).

Nesse sentido, a revolução passiva não é um produto das classes subalternas, uma vez que estas não estavam politicamente organizadas, para que a revolução ocorresse a partir dos elementos postos por essa classe. Por isso, consideramos que

[...] Cuoco lança mão dessa ideia para descrever as revoluções nas quais a iniciativa não se encontra nas mãos do povo, ao contrário das revoluções ativas, [...] nas quais este ‘dirige prontamente a si próprio aquilo que mais de perto lhe interessa’.” (BIANCHI, 2006: 43).

No §17, do *Caderno 15*⁷, o comunista sardo aponta que o conceito de Revolução Passiva ainda deve ser compreendido a partir de duas premissas fundamentais, quais sejam: “1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista” e que “2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc.” Nesse sentido, a revolução é sinalizada pela presença de

vinculação às massas populares. Por isso, “[...] Cuoco compreende a revolução napolitana de 1799 como resultado do impacto da Revolução Francesa, que mobilizou, de forma incoerente, as classes dominantes napolitanas no sentido de transformar Nápoles em um Estado burguês, mas as massas populares não participaram desse processo” (SOUZA, 2014: 3).

⁷ GRAMSCI, 2014: 321.

elementos progressivos, contraditoriamente, quando os elementos regressivos se evidenciam, o movimento decorrente não é considerado como uma revolução.

2. Reflexões sobre a formação do Estado burguês a luz da categoria Revolução Passiva

Seguindo os trilhos da perspectiva teórica-metodológica que orienta esse trabalho, reiteramos que o conceito de revolução passiva só pode ser compreendido quando submetido à história, não podendo ser prescindido de forma apartada. A indiferença ao “chão histórico” pode fazer com que as análises resultem num fatalismo.

Na obra *A restauração do Capital*, Ruy Braga (1996) explicita que Gramsci utiliza conceitualmente a Revolução Passiva para analisar a construção do Estado burguês na Itália, no interior do processo de unificação da Itália, também denominado de *Risorgimento*⁸. Nessa perspectiva, haveria uma modernização do Estado, enquanto expressão concreta da ordem social burguesa, o que foge da experiência francesa revolucionária.

Nestes termos, a apropriação do Estado pelo bloco histórico⁹ burguês e a sua consolidação, sem que ocorra um processo revolucionário para este alcance, faz com que a referida classe mude o seu horizonte de luta por meio de uma adesão a ideologia pertencente ao Estado de forma passiva. Assim, ao invés de combater a “ordem social”, a burguesia tende à sua defensiva. Nesse sentido, Bianchi avalia que:

[...] com o conceito de revolução passiva, Gramsci procuraria ‘interpretar não somente a ascensão e consolidação do bloco histórico burguês, mas, também, a defesa de suas condições fundamentais de existência e de princípio: a primazia da política – hegemonia burguesa na direção do processo produtivo, do próprio Estado e, portanto, da cultura’ (2006, p, 55).

⁸ “[...] Para Gramsci, o movimento conhecido como *Risorgimento* pode ser definido como formação das condições concretas, incluindo as relações internacionais, que possibilitaram a unificação do Estado italiano a partir da união das forças nacionais [...] é caracterizado, portanto, pela hegemonia das forças moderadas e democráticas presentes naquele contexto histórico” (SOUSA, 2010: 2-3).

⁹ Partindo de uma concepção Gramsciana, Montaño & Duriguetto (2011, p, 359) afirmam que “O conceito de ‘bloco histórico’ define uma ordem social em que a classe dominante na esfera econômica detém também a dominação (sociedade política) e a hegemonia (sociedade civil) sobre o conjunto da sociedade. É, assim, um bloco econômico, político e cultural, implicando uma relação de hegemonia entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos sob direção da classe hegemônica.”

O termo Ideologia aqui utilizado no sentido gramsciano¹⁰, está vinculada aos projetos que incorporam os valores de classe e não é considerado como falsa consciência. Para Eagleton,

A hegemonia, portanto, não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. A ideologia refere-se especificamente ao modo como as lutas de poder são travadas no nível da significação; e, embora essa significação esteja presente em todos os processos hegemônicos, ela não é, na totalidade dos casos, o nível dominante pelo qual a norma é mantida. (1996, p,196)

Numa via contrária às adaptações geradas pela revolução passiva, o socialismo se coloca como uma proposta de saída que se concretiza com a derrubada da dominação burguesa pelo proletariado, mas para isso é necessário liberdade. Como afirma Dias (2000, p, 59), “[...] Se a adaptação é a forma da integração na ordem, [...] então a cidadania é impossível e as ‘circunstâncias’ passam a ser o único parâmetro da realidade política. [...] É contra essa forma de fazer política que o partido socialista deve lutar”.

No entanto, como a burguesia italiana não possuía um partido político orgânico que representasse os seus interesses e não tinha uma linha político-ideológica clara e definida, o socialismo devia ser combatido juntamente com as lutas operárias, por isto o Estado fez uso da censura como estratégia de eliminar as ameaças à ordem burguesa.

Observa-se que nos escritos carcerários de Gramsci ocorre uma mudança no vocabulário, em alguns casos os termos críticos são substituídos por outras palavras que remetem a um significado semelhante, a exemplo do termo “marxismo” que foi substituído por “filosofia da práxis”, que tanto podem ser em decorrência da censura, quanto da criação de um novo significado.

É importante destacar que a Revolução passiva não é aqui compreendida como um movimento no qual ocorre uma modificação estrutural no sentido de oposição

¹⁰ “Segundo Gramsci, a ideologia não é mero epifenômeno do econômico, nem falsa consciência, nem sistema de ideias. Ela é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, “é unidade de fê entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção”. Não se trata de um conjunto de realidades espirituais, nem de simples aparência artificial, a ideologia tem uma existência material, encontra-se materializada nas práticas, é constituidora do real. Ela é “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978: 16). Neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política” (DIAS & BRANDÃO, 2007: 83).

contra uma ordem preestabelecida. Pois, embora se altere elementos políticos, econômicos ou sociais em alguns momentos, não há uma alteração de toda a estrutura.

Assim, a revolução passiva evita uma revolução burguesa clássica como ocorreu na França em 1789, na qual não ocorre uma participação das massas nesse processo, por isso é considerada como uma revolução burguesa que se realiza dentro da ordem. Nas palavras de Del Roio (2007, p, 5),

[...] o conceito de revolução passiva no universo categorial de Gramsci está acoplado ao de revolução permanente, jacobinismo e guerra de movimento, como modo de ação política na época da revolução burguesa e de formação do estado nacional. A revolução passiva ocorre nas zonas de impacto e absorção passiva da revolução burguesa ou como fase de desenvolvimento da revolução permanente, quando se perscruta a transposição da própria revolução burguesa.

Conforme foi descrito pelo autor, a revolução passiva foi formulada enquanto categoria para analisar os processos particulares que ocorreram na Itália, como o fascismo e o Risorgimento enquanto processo de unificação italiana. Nesse sentido, também foi utilizada por Gramsci para explicar o americanismo-fordismo. Esclarece Gomes,

No texto Americanismo e fordismo (1982), Gramsci analisa o processo de configuração dos Estados Unidos em sua expressiva projeção sobre o mundo europeu, sobretudo, no modo de organizar a produção, o qual se constitui no segundo pós-guerra por um padrão de regulação e autoridade que atinge não só o processo de trabalho, mas a vida cotidiana dos trabalhadores; caracterizando uma modalidade de hegemonia que nasce na fábrica de tipo fordista, com repercussões no conjunto da organização da vida social que vinculado a outros fatores, favorece a formação de uma nova cultura que na época ficou conhecida por americanismo (2008, p, 103).

Assim, ao recolher o conceito de revolução passiva, Gramsci vai imprimir-lhe um novo significado, tornando-se assim um instrumento-chave para analisar o processo de unificação da Itália, na segunda metade do século XIX, chamado de *Risorgimento*.

Nesse sentido, ao invés da burguesia realizar uma derrubada do Estado de forma abrupta com uma revolução “ativa” no sentido insurrecional, haveria uma lenta tomada do poder de forma corporativa, por meio das instituições da sociedade civil e não pela força do povo mediante a participação da classe trabalhadora. É, pois, justamente na concepção de transformação social que está centrada a particularidade do pensamento político de Gramsci, por meio da qual não haveria um choque frontal com o Estado.

Gramsci ao falar de revolução “ativa” está remetendo diretamente à experiência histórica da Revolução Francesa, chamando-a de revolução popular ou jacobina. Segundo o comunista sardo, tal revolução produziu transformações estruturais de baixo para cima, rompendo radicalmente com a velha ordem político-econômica do feudalismo francês e aniquilando os grupos sociais aristocráticos franceses. Os jacobinos secundarizaram suas demandas corporativas e com uma enérgica ação política e férrea liderança, fundaram o estado burguês francês, transformando a burguesia em classe dirigente (GOMES, 2008).

Não obstante, Gramsci tem sempre como parâmetro analítico o processo histórico jacobino-radical, a sua referência histórica principal será analisar o *Risorgimento* (1815-1870), para aprofundar a utilização da categoria revolução passiva como critério de interpretação histórica. Sendo este o evento histórico italiano que, a partir de um movimento político-militar, conduziu à unificação deste Estado em meados do século XIX.

Assim sendo, a primeira referência que o comunista sardo irá fazer ao conceito de revolução passiva será nos seus cadernos “miscelâneas” no ano de 1930 e terá uma expressa menção a Vincenzo Cuoco, assim como ao propósito basilar deste tipo de revolução, isto é, modernizar o Estado, por intermédio de reformas que evitem e impeçam transformações político-econômicas que tenham como modelo o radical-jacobino. Esclarece Gramsci, no §57 do *Caderno 4*,

Vicenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (GRAMSCI, 2014: 209-210).

Com base nessa colocação, podemos dizer que a direção do processo de revolução passiva é formada por grupos minoritários e que apesar das mudanças nas relações políticas decorrentes desse processo, resulta ainda na conservação das relações econômicas e sociais, ou seja, as bases da sociedade são preservadas.

Partindo da perspectiva da “dialética dos distintos” Croceana¹¹, o conceito de revolução passiva ou “revolução-restauração” é considerado enquanto síntese da conciliação de dois momentos: o da tese e o da antítese. Sendo que a tese é conservada na síntese. Desse modo, o momento da conciliação seria a base para a concepção de revolução-restauração, para Gramsci. Então, a revolução sem revolução é o movimento por meio do qual a sociedade muda ao longo da história, prescindindo o momento da luta, por meio de conciliações pelo alto.

Mas, a compreensão desse processo enquanto tal, nem sempre foi dessa forma na história Italiana. No § 11 do *Caderno 15*, o comunista sardo esclarece que:

Dir-se-á que não compreenderam isso nem Gioberti nem os teóricos da Revolução Passiva e da “Revolução-restauração”, mas a questão se modifica: neles, a “incompreensão” teórica era a expressão prática das necessidades da ‘tese’ de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração. (GRAMSCI, 2014: 318)

No livro *Restauração do Capital* (1996), Ruy Braga explica, que numa perspectiva de embate às concepções de filosofia idealista em Hegel e pós hegeliana, sobretudo com Croce, Gramsci busca explicar o Estado tendo por base a “dialética restauracionista”, momento em que a tese (conservadora) abrangeria a antítese (“dialética dos distintos”) e realizaria suas incumbências, uma vez que, a burguesia jacobina representante da antítese, não poderia desenvolver a sua capacidade para a luta de classes em razão da sua debilidade pertinente e por ter sido cooptada com o transformismo.

Desse modo, o termo “revolução-restauração” é a tradução francesa da revolução passiva, conforme foi definida por Edgar Quinet (1803-1875) e que foi traduzida de forma positiva pelos moderados¹². No entanto, Gramsci realiza uma crítica

¹¹ Conforme indica Schlesener, “Croce introduz, na sua compreensão da dialética, um conceito de distinção no que se chama ‘dialética dos distintos’ e, conforme Gramsci, Croce elaborou todo ‘um sistema dos ‘distintos’ que teria tido origem nos estudos de economia política e, mais precisamente, no estudo da filosofia da práxis” (2007, p,95).

¹² Uma melhor explicação sobre esse grupo será realizada na próxima subseção, ao tratar do processo de Transformismo.

à “chave positiva” do conceito de revolução passiva que foi interpretado pelos Neoguelfos¹³, rechaçando-a, conforme expressa as análises de Bianchi,

[...] Gramsci rejeita, portanto, toda leitura positiva de revolução passiva e destaca uma utilização do conceito como critério de interpretação: ‘Portanto, não teoria da revolução passiva’ como programa, como foi nos liberais italianos do Risorgimento, mas como critério de interpretação na ausência de outros elementos ativos em modo dominante. Se a revolução passiva não é, senão o próprio reformismo molecular da burguesia, a anti-revolução passiva é, para Gramsci, o anti-reformismo (2006, p, 57).

No § 6 do *Caderno 10*¹⁴, o comunista sardo assegura que a fórmula crítica apreendida por Cuoco sobre a revolução passiva, transforma-se na interpretação dos neoguelfos¹⁵ moderados, numa forma positiva e como um programa político, numa moral que esconde a inquietação de abandonar diante da ameaça de uma revolução italiana liderada pela população, ou seja, de forma muito radical. A princípio, na sua formulação, carregava um sentido de advertência e deveria criar uma moral da iniciativa revolucionária popular.

A formação do Estado burguês nos demais países da Europa, exceto a França, ocorreu por diversas vias. Mas, a finalidade é de garantir a hegemonia burguesa. Para Braga (1996, p, 201) “[...] a Revolução Passiva [...] traduz-se na via de transição ao capitalismo que, sem ser a clássica, é a mais universalizante”.

Desse modo, pode-se dizer que essa via não classista têm sido a forma mais comum entre os países para a formação de um Estado burguês. Os fins (a hegemonia burguesa) estariam dados a partir de um meio (processo) distinto do que se tem como revolução “tradicional”. Na avaliação de Bianchi,

A revolução passiva é, desta forma, o exercício de uma hegemonia restrita, uma hegemonia burguesa em um período histórico no qual esta classe já perdeu a capacidade de assimilar ao seu projeto as classes subalternas. A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado (2006, p, 48).

¹³ Além de ser considerada enquanto uma corrente moderada burguesa, segundo Coelho (2005, p:462), “*Neoguelfo* é o nome do grupo político ligado à direita que, no *Risorgimento*, defendia uma federação italiana sob controle político do papa.”(grifos do autor)

¹⁴ Cf.: GRAMSCI, 1999: 291-292.

O Estado enquanto instituição social que assegura a exploração de uma classe sobre as demais e se caracteriza como “[...] um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (Marx, 2008, p, 12), só é passível de ser eliminado com a proposta de revolução no sentido marxiano. Por meio da alteração para um novo modo de produção, que deita por terra essa instituição, contraditoriamente a proposta de Revolução Passiva.

Com base em Bottomore, a revolução no sentido marxiano,

[...] significava um salto cataclísmico de um Modo de Produção para o seguinte. Este salto seria provocado por uma **convergência de conflitos**: [...] entre as classes dominante e dominada [...] até que, ao nível da revolução socialista, a velha classe explorada e a nova classe dominante sejam a mesma coisa” (2001, p, 324, grifo nosso).

Assim, no sentido Gramsciano, a Revolução socialista seria acompanhada de uma reforma intelectual e moral, como ocorre em todo movimento revolucionário.

O processo de Revolução Passiva também está relacionado ao que Gramsci denominou de revisionismo. Conforme explicita Dias “[...] o revisionismo não é, apenas, uma luta de ideias, de concepções ideológicas” (2000, p, 25). Nesse sentido, não se caracteriza apenas por uma adesão a outra ideia contrária a sua, também pode significar uma adesão pacífica ao ideário da ordem.

Dessa forma, pode-se afirmar que o conceito de revolução passiva assume a possibilidade de ser utilizado para interpretar acontecimentos da realidade que não estejam relacionados, necessariamente, ao contexto Italiano. Na avaliação de Braga,

Do modo como encontra-se desenvolvido ao longo dos Cadernos, o conceito de Revolução Passiva, além de expressar um programa de ação política das classes dominantes, criticado por Gramsci, constitui-se em critério de interpretação totalizante e repleto de possibilidades enquanto busca dar conta dos mais variados aspectos de investigação da realidade, unificando análise histórica e política. (1996, p, 204)

Em Gramsci o Estado se constitui como uma instituição contraditória e conflituosa, a qual permite que a classe burguesa exerça uma dominação sobre a classe trabalhadora. Apenas com a construção de uma “ideologia orgânica” a esta classe é que acredita ser possível realizar uma revolução no sentido de libertar essa classe da dominação burguesa. Assim, “[...] A revolução passiva não é hegemonia de uma classe

em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado” (BIANCHI, 2006: 48).

Nesse sentido, ao nos remetermos à revolução passiva como foi caracterizada a revolução napolitana por Cuoco, não há uma coerência entre a própria classe hegemônica, ocasionando uma divisão inclusive entre os intelectuais, e não estabelece vínculos com as massas populares. Desse modo, as classes hegemônicas dirigem a si mesmas por meio do Estado.

Para Braga (1996), os elementos que permitem identificar a Revolução Passiva, são: 1) as transformações moleculares das forças em presença; 2) absorção do sujeito antagônico e seus intelectuais; 3) Esforço dos dominantes para reproduzir o conjunto das bases sociais e materiais do Estado econômico-corporativo das classes subalternas, impedindo a realização de seu potencial ético-político.

Desse modo, conforme explicita Braga (1996), a formulação da Revolução passiva pode ser utilizada tanto para caracterizar a ascensão da burguesia ao poder, quanto para se referir ao seu declínio. A despeito do conceito de revolução passiva, ainda é considerado enquanto uma categoria que,

sintetiza a análise histórica e política, conforme a tradição (desenvolvimento) do marxismo revolucionário, fundamentando o terreno prático-crítico para uma teoria gramsciana de transição: esforço por explicar **tanto a transição anti-jacobina da burguesia ao poder do Estado**, quanto sua crise generalizada, vale dizer, base estrutural sobre a qual erguer a nova hegemonia dos trabalhadores (BRAGA, 1996: 197-198, grifo nosso).

É perceptível na análise do autor que a Revolução Passiva não é considerada como parte de um momento revolucionário. Mas, como um momento em que o Estado burguês se constitui de forma passiva, conservando os mesmos fins da hegemonia burguesa.

Nos § 11 e 15 do *Caderno 15*, o marxista italiano se atém a uma comparação entre o conceito de Revolução Passiva e guerra de posição. Nesse sentido, “Guerra de posição”, é considerada como uma estratégia utilizada para alcançar uma finalidade, por meio de um caminho mais longo a fim de garantir a continuidade no poder. Conforme explicita Coutinho (1981, p, 53), “[...] essa estratégia mais complexa e de longo alcance - e já aqui se insinua a ideia da ‘guerra de posições’ – tem seu centro na questão da hegemonia, na questão das alianças de classe”.

Também a análise de Del Roio contribui para compreender esse processo:

[...] a guerra de posição é uma imposição das classes dirigentes na sua ofensiva contra as forças antagônicas, as quais, por sua vez, devem lutar nesse campo para minorar os efeitos da derrota, até que se acumule força suficiente para reverter à luta em guerra de movimento e revolução permanente, em revolução contra a restauração (2007, p, 8).

Portanto, conforme explicita o autor citado acima, a revolução passiva pode ser analisada em relação com o processo de guerra de posição dirigida pela classe dominante contra a classe trabalhadora com a finalidade de obter um melhor posicionamento no âmbito internacional. Esse processo tornou-se comum em todo o mundo após as derrotas da revolução socialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores que já foram analisados até aqui, tornam evidentes nos seus escritos que a revolução passiva não integra um momento revolucionário clássico. Apesar, de em alguns momentos ocorrerem mudanças significativas, a modificação do Estado burguês resulta da conciliação de classes, com um reformismo pelo alto e as classes subalternas, ao invés de dirigirem o processo, sofrem as consequências do mesmo.

Por isso, a revolução passiva é aqui entendida enquanto um processo de formação de um Estado capitalista, a partir da ascensão da burguesia ao poder. Esse movimento ainda se caracteriza pela não participação massiva da população, numa manifestação de sentido revolucionário, a exemplo da revolução bolchevique. Assim, a referida ascensão ocorreria por meio do aparato burocrático do Estado, a partir da ocupação de cargos nas instituições estatais (por dentro do Estado). Desse modo, haveria mudanças significativas com a materialização de novos elementos, o que não implica, necessariamente, na supressão da velha ordem, resultando numa “inovação-conservação” (BRAGA,1996).

Apesar de a revolução passiva ter sido utilizada para analisar os processos particulares que ocorreram na Itália, como o fascismo e o Risorgimento, essa categoria também pode subsidiar estudos de Estados nacionais distintos da realidade italiana.

Com esforço de síntese, podemos afirmar que a Revolução Passiva é, portanto, o processo de modificação do Estado em que a burguesia ascende ao poder do Estado sem passar por um processo revolucionário do tipo jacobino, em que há um rompimento estrutural nos âmbitos político e econômico. Ademais, não há um atendimento das necessidades dos subalternos nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIAGA, Luciana. **Revolução Passiva e desenvolvimento**: a análise gramsciana sobre o processo de modernização do Estado na periferia do capitalismo. Anais do VIII ALACIP. 2015.

BIANCHI, Álvaro. **Revolução Passiva**: o pretérito do futuro. Revista Crítica Marxista, São Paulo, v.23, n.23, 2006. p: 34-57.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 634 p.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2000. p: 13-79.

DIAS, E.F; BRANDÃO, N. A. A Questão da Ideologia em Antônio Gramsci. Belo Horizonte: Trabalho & Educação – vol.16, nº 2 – jul / dez – 2007

EAGLETON, T. Ideologia. Uma introdução. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: O *Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Trad. Luiz Sergio Henriques com a colaboração de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014, v. 5.

SOUSA, Antonia de Abreu. **O Conceito Gramsciano de “Revolução Passiva” e o Estado Brasileiro**. Fortaleza: Revista Labor, vol 3, 2010.

SOUZA, Felipe Alexandre Silva de. **Americanismo e fordismo**: a revolução passiva nos Estados Unidos. Anais do VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo. 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68p.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.p: 359.